

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003669-68.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa**
Requerente: **Mario Souza Filho Barra Bonita Me**
Requerido: **Giovana Trindade Castanheira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter quitado valores atinentes a veículo transacionado com a ré e que essa posteriormente retomou sua posse.

Almeja à devolução daquelas importâncias.

As preliminares arguidas pela ré em contestação foram rejeitadas pela decisão de fl. 148, cujos fundamentos aqui reitero.

A discussão posta nos autos envolve um automóvel que a ré entregou à autora para que o vendesse.

Patenteou-se que a autora se teria obrigado a quitar valores pelo financiamento do veículo (que estava em nome da ré) enquanto permanecesse com ele, já que tentaria aliená-lo, bem como que passado algum tempo a ré foi reintegrada na posse do mesmo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O objeto da ação é portanto restrito, limitando-se à restituição dos valores elencados pela autora a fls. 151/153, os quais teria dispendido entre dezembro de 2015 e junho de 2017, além do IPVA do ano de 2016, já que nesse período o aludido veículo permaneceu em seu poder com o fito de vendê-lo.

Entendo de início que a postulação formulada é pertinente porque do contrário a ré se beneficiaria sem qualquer respaldo de pagamentos feitos pela autora a propósito de veículo que voltou ao seu poder.

Significa dizer que como o bem tornou à ré, as importâncias devidas pelo financiamento e pelo IPVA suportadas pela autora (na perspectiva de que o alienaria) a aproveitaram, de sorte que se vislumbraria o seu enriquecimento sem causa se não a reembolsasse.

Por outro lado, os documentos de fls. 20/51 afiguram-se suficientes para estabelecer a certeza de que a autora arcou com os valores lá destacados.

A impugnação da ré sobre o assunto não é apta para levar a ideia diversa, sendo relevante assinalar que ela na peça de resistência protestou pela *"juntada dos comprovantes verdadeiros do pagamento do financiamento do veículo, que foram pagos por meio da conta corrente da Requerida, que precisa diligenciar em seu banco para apresentação dos mesmos"* (fl. 79, item e).

Instada posteriormente a tanto (fl. 148, item 2), ofertou os comprovantes relativos a períodos diversos, que não guardam ligação com os fatos controvertidos (fls. 159/168).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Há de um lado prova idônea de que a autora fez pagamentos que aproveitaram à ré (que por isso deverá devolver a importância respectiva) e, de outro, nada patenteia que a ré tivesse como salientou em contestação efetuado esses pagamentos em duplicidade.

Por fim, assinalo que as questões apresentadas a fl. 174 (relativas à autora ter permanecido na posse e gozo do automóvel e à sua suposta venda a terceiros que lhe teria gerado lucros) não modificam o quadro delineado na medida em que extravasam o âmbito da lide.

Tanto a eventual utilização do veículo pela autora, a exemplo de sua venda, não se confundem com o que ela ora pleiteia, baseado na simples circunstância da ré não poder beneficiar-se dos pagamentos levados a cabo por ela.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 14.253,11, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a compôs, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 09 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**